



VI Jornada de Iniciação Científica

VII SEMINÁRIO CIENTÍFICO DO UNIFACIG

Sociedade, Ciência e Tecnologia

PARQUES E SUA INFLUÊNCIA NA QUALIDADE DE VIDA URBANA

Luan Cerqueira de Assis¹, Lidiane Espíndula², Amanda Santos Vargas³

¹Graduando em Arquitetura e Urbanismo, UNIFACIG, Manhuaçu, MG,
luancerqueiraassiss@gmail.com

²Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo. Docente do
Curso de Arquitetura e Urbanismo pela UNIFACIG, Manhuaçu, MG, espindulaprojetos@gmail.com

³Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, UFV, Viçosa-MG, docente em Arquitetura e Urbanismo no
Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu-MG, amanda.vargas@ufv.br

Resumo: O parque urbano surgiu com a finalidade de melhorar a qualidade de vida urbana, mas em pleno século XXI esses espaços estão cada vez mais escassos. O crescimento desordenado e falta de aplicação das políticas públicas têm feito com que as cidades se tornem cada vez mais cinza, com isso, há um aumento da poluição, falta de espaços para o lazer e recreação, mudanças bruscas no microclima, além de um aumento nos alagamentos, que são frequentes em muitas cidades brasileiras, prejudicando a qualidade de vida urbana. O presente artigo tem por finalidade realizar estudos sobre a importância dos parques e áreas verdes, bem como suas contribuições para qualidade de vida urbana, além de reflexões acerca do planejamento municipal e de políticas públicas. A metodologia se dá por meio de uma revisão bibliográfica, de forma a esclarecer a importância dos parques e áreas verdes. Conclui-se que os parques urbanos e áreas verdes melhoram a qualidade de vida urbana e que as pessoas estão diretamente relacionadas com o sucesso desses espaços, com isso, é necessário que o poder público crie espaços adequados e com toda infraestrutura, fazendo com que sejam frequentemente utilizados pela população.

Palavras-chave: Urbanismo; Planejamento Urbano; Parque Urbano; Qualidade de Vida; Áreas Verdes.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas.

PARKS AND THEIR INFLUENCE ON THE QUALITY OF URBAN LIFE

Abstract: The urban park emerged to improve the quality of urban life, but in the 21st century these spaces are increasingly scarce. The disorderly growth and lack of application of public policies have made cities increasingly gray, with this, there is an increase in pollution, lack of spaces for leisure and recreation, sudden changes in the microclimate, in addition to an increase in flooding, which is frequent in many Brazilian cities, impairing the quality of urban life. This article aims to carry out studies on the importance of parks and green areas, as well as their contributions to the quality of urban life, as well as reflections of municipal planning and public policies. The methodology is based on a literature review, to clarify the importance of parks and green areas. It is concluded that urban parks and green areas improve the quality of urban life and that people are directly related to the success of these spaces, therefore, it is necessary that the public authorities create adequate spaces and with all infrastructure, making them frequently used by the population.

Keywords: Urbanism; Urban Planning; Urban Park; Quality of Life; Green Areas.

INTRODUÇÃO

O parque urbano surgiu no final do século XVIII, como forma de amenizar os efeitos causados pelas Revoluções Industriais que provocaram um crescimento desordenado da população nas áreas urbanas, em que surgiram problemas de insalubridade, falta de infraestrutura e poluição. Com isso, as pessoas sentem a necessidade de um contato maior com a natureza e as áreas verdes passam a ser mais valorizadas nas cidades (SILVA, 2017).

De acordo com Macedo e Sakata (2003, p. 16), parque urbano é, “todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de

conservação e cuja estrutura morfológica é auto-suficiente [...]”. Por sua vez, Loboda e Angelis (2005, p. 129) afirmam que “as áreas verdes tornaram-se os principais ícones de defesa do meio ambiente pela sua degradação, e pelo exíguo espaço que lhes é destinado nos centros urbanos”. Haja vista essas definições fica evidente que cada espaço verde é de extrema importância, deve ser valorizado e cuidado.

Contudo, “a cidade é cada vez mais um meio artificial, fabricado com restos da natureza primitiva crescentemente encoberta pelas obras dos homens” (SANTOS, 1997, p. 42). A falta de aplicação das políticas públicas contribui muito com esse problema. Com a cidade cada vez mais cinza, se tornam escassos os espaços para recreação e lazer da população, prejudicando a qualidade de vida urbana. A diminuição da vegetação também torna as cidades mais quentes, poluídas e mais suscetíveis aos alagamentos.

Segundo Mascaró e Mascaró (2010, p. 32), “a vegetação funciona como termorregulador microclimático”. Também “é responsável pela criação de ambientes esteticamente agradáveis, valorizando uma área e atuando como elemento que ameniza o estresse” (SZEREMETA; ZANNIN, 2013, p. 180). Os autores também enfatizam que os parques podem contribuir com a diminuição do sedentarismo, pois esses espaços quando bem planejados e com condições ambientais adequadas são um estímulo para que a população os utilize para a prática de atividades físicas. De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019, estima-se que 40,3% da população brasileira é insuficientemente ativa (IBGE, 2020). Com isso, a disponibilização dessas áreas poderia contribuir para a diminuição desse número, além de atuar na promoção da saúde dessas pessoas. Além disso, Londe e Mendes (2014, p. 270) afirmam que “enquanto espaços públicos, as áreas verdes podem se constituir em locais para práticas sociais e culturais, encontros ao ar livre e para manifestações de vida urbana e comunitária, que favorecem o desenvolvimento humano e o relacionamento entre as pessoas”. Esses locais funcionam como uma válvula de escape e refúgio para a população, que vive em cidades cada vez mais caóticas. Podendo ser utilizados para o lazer, praticar atividades físicas ou apenas para contemplar a natureza, que além de bela proporciona diversas vantagens.

Diante disso, este artigo tem por finalidade realizar estudos sobre a importância dos parques e áreas verdes, bem como suas contribuições para qualidade de vida urbana, além de reflexões acerca da importância do planejamento municipal e de políticas públicas na construção de cidades ambientalmente saudáveis e sustentáveis e ainda busca contribuir com um maior conhecimento do tema.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolve-se por meio de uma revisão bibliográfica onde os principais autores pesquisados foram Macedo e Sakata (2003), Jacobs (2000), Londe e Mendes (2014), Loboda e Angelis (2005), Sakata (2015), Milano (1984) e Bovo (2009), em que foram utilizadas as bases de dados online do Google Acadêmico, SciELO, ANPAD, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, RAUSP, CEPEAD, além de pesquisa de livros e artigos científicos.

IMPACTOS DOS PARQUES E ÁREAS VERDES NA QUALIDADE DE VIDA URBANA

Os parques urbanos surgiram na Inglaterra no final do século XVIII e “tem seu pleno desenvolvimento no século seguinte, com ênfase maior na reformulação de Haussmann em Paris, e o Movimento dos Parques Americanos – o *Park Movement* liderado por Frederick Law Olmsted e seus trabalhos em *New York*, *Chicago* e *Boston*” (SCALISE, 2002 *apud* SILVA e PASQUALETTO, 2013, p. 288). No século XVIII, ele surgiu como forma de atender as necessidades da população. Com a industrialização as cidades foram crescendo rapidamente, sem muito planejamento, as fábricas se misturavam com as residências, a sujeira e poluição aumentaram no mesmo ritmo. Com isso a população passa a enxergar a natureza com outros olhos (SILVA, 2017).

A cidade era o berço da poluição, do ar e sonora, e dos maus costumes, e o campo passou a ser um local desejado, uma vez que possuía ar fresco e tranquilidade. Por isso, há o surgimento da valorização do campo e das áreas verdes no urbano [...] (SILVA, 2003, p. 45).

No Brasil os parques não surgem com a mesma finalidade, pois ainda não havia cidades tão grandes e urbanizadas. Nem mesmo “a capital, o Rio de Janeiro, tinha o porte de qualquer grande

cidade europeia da época, sobretudo no que diz respeito à população e área” (MACEDO e SAKATA, 2003, p. 16). Ainda segundo os autores, “o parque é criado, então, como uma figura complementar ao cenário das elites emergentes” (2003, p. 16), que se espelhavam nos modelos internacionais, principalmente os ingleses e franceses. De acordo com Bovo (2009, p. 77), “neste período os parques urbanos eram vistos pela sociedade como algo contemplativo, como um cenário completamente concebido, uma modernidade importada dos países europeus, alheia às necessidades sociais da população urbana daquela época”.

Segundo Macedo e Sakata (2003, p. 16), “o século XIX é o momento da estruturação do Brasil como nação, que necessitava organizar-se como tal, principalmente a partir da vinda da família real portuguesa, em 1808”. Com isso, as cidades passam por transformações expressivas, pois sua estrutura urbana precisa atender novas funções. Essas mudanças ocorrem com mais agilidade na capital, o Rio de Janeiro, pois irá receber a nova sede da família real, além da estrutura de governo, que antes era desempenhada por Lisboa. Em 1822, com a proclamação da Independência ganha novo destaque, com grande quantidade de recursos, importa novas tecnologias e serviços de todo o país, ganhando proeminência na urbanização (MACEDO e SAKATA, 2003).

Em meio a tantas transformações tecnológicas e urbanas, “são criados, no Rio de Janeiro, os três primeiros parques públicos, com as características morfológicas e funcionais que conhecemos hoje [...]” (MACEDO e SAKATA, 2003, p. 16). São eles: o Passeio Público, o Campo de Santana e o Jardim Botânico.

Estes jardins eram espaços públicos quanto à sua localização, porém reservados quanto ao seu uso. Apenas as pessoas com vestes apropriadas podiam circular entre as palmeiras imperiais e a vegetação nativa brasileira, já a maioria da população não tinha acesso a esses espaços (BOVO, 2009, p. 77).

Ainda segundo Bovo (2009), o Jardim Botânico era bem afastado do centro, dificultando ainda mais o acesso da população. Porém as cidades brasileiras se tornam cada vez mais urbanizadas, em consequência, “[...] a natureza adquire outro significado no espaço urbano e passa a ser questionada a partir da segunda metade do século XX” (BOVO, 2009, p. 77). Com a diminuição de espaços públicos e dificuldade de acesso das áreas de lazer pela população menos privilegiada, os parques urbanos foram ganhando importância, tornando-se uma necessidade social e objeto de desejo de grande parte da população (BOVO, 2009).

Macedo e Sakata afirmam que, com a valorização do urbanismo, a partir do século XX os parques recebem destaque como elemento primordial no planejamento urbano e passam a desempenhar novas funções como o lazer, prática de atividades físicas e conservação de recursos naturais. “Essas funções requalificam os parques e novas denominações, novos adjetivos, são atribuídos a eles como, por exemplo, parque ecológico e parque temático” (MACEDO e SAKATA, 2003, p. 13).

De acordo com Vieira (*apud* MARTINS e ARAÚJO, 2014, p. 41), as áreas verdes assumem diferentes papéis na sociedade e suas funções estão relacionadas no ambiente urbano como:

Função social: possibilidade de lazer que essas áreas oferecem à população. [...];
Função Estética: diversificação da paisagem construída e embelezamento da cidade. [...];
Função ecológica: provimento de melhorias no clima da cidade e na qualidade do ar, água e solo, resultando no bem-estar dos habitantes, [...];
Função Educativa: possibilidade oferecida por tais espaços como ambiente para o desenvolvimento de atividades educativas, extraclasse e de programas de educação ambiental;
Função Psicológica: possibilidade de realização de exercícios, de lazer e de recreação que funcionam como atividades antiestresse e relaxamento, [...].

De acordo com Silva e Pasqualetto (2013, p. 292), “o século XX é conhecido como o período da consolidação da arquitetura paisagística brasileira, principalmente após a Segunda Guerra Mundial”. Assim, as áreas livres passam a ser projetadas por profissionais, que deixam de lado os conceitos da arquitetura internacional e criam projetos com uma nova identidade, priorizando os aspectos nacionais (SILVA e PASQUALETTO, 2013).

Segundo Sakata (2015), no século XXI os parques passam a ser implantados também nas periferias, “[...] frequentemente em espaços com bosques remanescentes que, através da conversão da área em parque público, têm garantida a sua conservação”. (SAKATA, 2015, p. 20).

Esses parques urbanos brasileiros representam na dinâmica da cidade um “espaço verde” fundamental ao crescimento e desenvolvimento econômico e urbano. Eles constituem um espaço destinado ao lazer, ao contato com a natureza, e contribuem com a qualidade de vida da população, despertando novos valores sociais, humanos e ambientais e proporcionando uma postura mais consciente aos indivíduos em relação à importância da natureza para os seres vivos (BOVO, 2009, p. 77-78).

Para Bovo e Oliveira, os parques urbanos têm destaque ambiental nas cidades, “pois contribuem com a qualidade de vida, proporcionando as condições de bem-estar, saúde e práticas de lazer, além do conforto climático, de satisfação estética da paisagem no interior de muitas cidades e é suporte para a fauna e a flora local” (BOVO e OLIVEIRA, 2020, p. 263). Além disso, tem papel fundamental na drenagem urbana. “Eles são áreas permeáveis, que retêm e infiltram águas pluviais e são uma compensação à invariável impermeabilização da malha construída” (SAKATA, 2015, p. 19). Desse modo, podem auxiliar na diminuição dos alagamentos no meio urbano, que estão cada vez mais constantes.

Loboda e Angelis (2005, p. 130) afirmam que, “[...] está evidente a importância do planejamento do meio físico urbano; no entanto, a preocupação de quem planeja ainda está centrada nas características socioeconômicas, relegando a dependência dos elementos naturais”. Com isso, há um aumento das cidades com baixa qualidade de vida urbana, pois o planejamento urbano, precisa ser pensado levando em conta tanto o desenvolvimento econômico social, quanto a questão ambiental. Assim, as áreas verdes vão melhorar a qualidade de vida da população no quesito de saúde física e mental, “[...] absorvendo ruídos, atenuando o calor do sol; no plano psicológico, atenua o sentimento de opressão [...]; constitui-se em eficaz filtro das partículas sólidas em suspensão no ar, contribui para a formação e o aprimoramento do senso estético, [...]” (LOBODA; ANGELIS, 2005, p. 134).

Londe e Mendes (2014, p. 270) mencionam que, “a importância destas áreas deve ser considerada no momento em que se planeja a cidade”, pois assim poderão contribuir ainda mais na construção de cidades com qualidade de vida urbana e ambiental, já que com esse planejamento vai ser possível tirar vantagens nos aspectos ecológicos, estéticos e sociais.

Do canteiro à árvore, ao jardim de bairro ou grande parque urbano, as estruturas verdes constituem também elementos identificáveis na estrutura urbana; caracterizam a imagem da cidade; têm a individualidade própria; desempenham funções precisas; são elementos de composição e do desenho urbano; servem para organizar, definir e conter espaços (LAMAS, 1993, p. 106).

Conforme Milano (1984), a vegetação consegue barrar grande parte da radiação solar, contribuindo com a diminuição da temperatura nas cidades. Além disso, as árvores funcionam como um filtro natural do ar, pois suas folhas têm a capacidade de absorver parte dos gases poluentes e prender parte das partículas sólidas na superfície de suas folhas. Também tem a capacidade de amenizar os ruídos, que estão cada vez mais presentes nos centros urbanos. Lima e Amorim (2006, p. 71) pontuam que, “a troca do verde das paisagens pelo concreto das construções das cidades provoca mudanças nos padrões naturais de percolação das águas, por exemplo, fazendo das áreas urbanas sinônimos de desequilíbrio dos ecossistemas e de vários processos de erosão”. Ainda segundo os autores (2006), as áreas verdes deixam as cidades mais alegres e coloridas, se tornando mais atraentes para a população. Além disso, essas áreas acabam se tornando a principal fonte de alimentos e abrigo para a fauna urbana, ajudando a manter o equilíbrio e a harmonia do ecossistema nas cidades (OLIVEIRA FILHO *et al.*, 2013).

O avanço tecnológico, a urbanização acelerada e a escassez de espaços para o lazer, estão diretamente relacionados ao aumento do sedentarismo. Os parques urbanos têm papel fundamental para reverter esse cenário, “eles fornecem locais propícios para que as pessoas caminhem ou corram, muitas vezes possuem instalações específicas para esportes, exercícios e outras atividades vigorosas, [...]” (XAVIER *et al.*, 2018, p.83). Os autores ainda afirmam que esses espaços conseguem atender pessoas de diferentes classes sociais e idades, se adequando aos horários e tempo de cada indivíduo tornando o esporte acessível para todos (XAVIER *et al.*, 2018).

No entanto, muitas vezes não existe um planejamento adequado para a implantação desses parques, tendo como principais objetivos as circunstâncias políticas e conveniência. Com falhas no planejamento e estudos quanto às necessidades de uso da população, há uma discrepância na distribuição desses parques. Como resultado, grande parte da população não é beneficiada. Outro problema é que essa grande quantidade de parques que vêm sendo implantados no Brasil, “[...] por

conta de um consenso (que conduz a programas e políticas de governo) de que “parque urbano” é um investimento público que preserva o meio ambiente ao mesmo tempo que valoriza o bairro e amplia as possibilidades de lazer” (SAKATA, 2015, p. 25), nem sempre tem um controle de resultado do poder público. Ficando uma incógnita, se esses espaços irão de fato trazer benefícios ou se serão um problema (SAKATA, 2015).

Com isso, sair implantando parques por toda a cidade não é indicativo de que eles serão utilizados e que só trarão benefícios. “Os parques, por si sós, não são nada e menos ainda elementos efêmeros de estabilização de bens ou de sua vizinhança ou distrito” (JACOBS, 2000, p. 100). Muito pelo contrário, é justamente a população que vai afetar esses espaços de acordo com a maneira que os utilizam. Portanto, se utilizados de maneira inadequada podem interferir negativamente nas cidades, causando medo, vandalismo e insegurança (JACOBS, 2000). A autora complementa que “os parques mais problemáticos localizam-se exatamente nos locais onde as pessoas não passam e provavelmente nunca vão passar” (2000, p. 117). Assim, quanto maior a diversificação de usos das edificações no entorno do parque melhor, pois isso vai gerar um movimento constante em diversos horários. Além disso, eles precisam ser atraentes e proporcionar vários tipos de atividades (JACOBS, 2000).

A primeira condição para compreender como as cidades e seus parques influenciam-se mutuamente é acabar com a confusão entre os usos reais e os fantasiosos – por exemplo, a baboseira de ficção científica de que os parques são “os pulmões da cidade”. São necessários cerca de doze mil metros quadrados de árvores para absorver a quantidade de dióxido de carbono que quatro pessoas geram ao respirar, cozinhar e aquecer a casa. São as correntes de ar que circulam à nossa volta, e não os parques, que evitam que as cidades sufoquem (JACOBS, 2000, p. 99).

Muitas pessoas ainda colocam o dinheiro em primeiro plano, sem se importar com as consequências que isso pode causar. Um exemplo disso são as cidades, a grande valorização da terra tem feito com que as áreas verdes e áreas de lazer percam cada vez mais espaço para a construção imobiliária (ABIZADEH e ZALI, 2013). Com isso, os problemas enfrentados pela população no século XVIII estão cada vez mais presentes, em pleno século XXI. “As cidades têm de aceitar a estrutura e as funções [...] dos sistemas naturais para garantir sua própria. Os espaços verdes, como pulmões da cidade, é um conceito adequado” (ABIZADEH e ZALI, 2013, p. 119).

Assim, como abordado, os parques urbanos além de ajudar a diminuir a poluição nos centros urbanos, possuem vários aspectos que tornam as cidades mais agradáveis. Diversos autores citam os benefícios que as áreas verdes podem trazer para uma melhor qualidade de vida urbana, como: a estabilização das superfícies por meio da fixação do solo pelas raízes, redução da velocidade do vento, proteção da água por impedir o escoamento de substâncias poluidoras, equilíbrio dos índices de umidade no ar, minimizam os efeitos da excessiva impermeabilização, regulam o microclima, amenizando as altas temperaturas produzidas pela concentração de áreas edificadas ou pavimentadas, bem estar psicológico ao homem, sombra para pedestres e veículos, redução da poluição sonora, proteção e direcionamento do vento, melhoria na qualidade do ar, abrigo para pássaros, equilíbrio estético que ameniza a diferença entre a escala humana e outros componentes da cidade, proteção das nascentes e dos mananciais, organização e composição de espaços no desenvolvimento das atividades humanas, valorização visual e ornamental do ambiente, recreação, diversificação da paisagem construída (OLIVEIRA FILHO *et al.*, 2013, ROSSATTO *et al.*, 2008, LONDE e MENDES, 2014).

CONCLUSÃO

O presente estudo demonstrou que os parques urbanos e áreas verdes possibilitam melhorias na qualidade de vida urbana. Contudo, em pleno século XXI, os grandes problemas enfrentados pela população no passado, estão cada vez mais presentes. A grande valorização das áreas urbanas e não aplicação das políticas públicas têm feito com que essas áreas se tornem escassas e em alguns casos abandonadas.

De acordo com as análises apresentadas, nota-se que as pessoas estão diretamente relacionadas ao sucesso do espaço público. Neste sentido, o poder público deve criar espaços com infraestrutura adequada, acessibilidade, arborização, diversificação de usos, mobiliário e assegurar por meio de políticas públicas espaços de qualidade. Em consequência, há um interesse maior da população em utilizar esses locais.

Assim, o objetivo deste trabalho foi alcançado, pois apontou que os parques urbanos, quando projetados com infraestrutura adequada, trazem sim benefícios para a qualidade de vida urbana, pois além de melhorar a saúde física e mental dos usuários, proporciona momentos de lazer, descanso e contato com a natureza.

REFERÊNCIAS

ABIZADEH, S.; ZALI, N. Analisando a função do espaço verde urbano no distrito 2 da Metrópolis de Tabriz, Irã. **Anuário do Instituto de Geociências**, v.36, p. 119-127, 2013.

BOVO, Marcos Clair. **Áreas Verdes Urbanas, Imagem e Uso**: um estudo geográfico sobre a cidade de Maringá (PR). Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009.

BOVO, Marcos Clair; OLIVEIRA, Ana Paula de. O parque urbano de uma pequena cidade da mesorregião centro ocidental paranaense. **Revista de Geografia**, Juiz de Fora, v.10, n. 2, p. 261-282, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/geografia/article/view/31675/21657>>. Acesso em: 18 Abr. 2021.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LAMAS, J. M. R. G. Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa: Fundação Calouste Gubekian. Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993.

LIMA, V.; AMORIM, M. C. C. T. A importância das áreas verdes para a qualidade ambiental das cidades. **Revista Formação**, n.13, p. 139 -165. 2006.

LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência-Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais**, v. 1, n. 1, p. 125-139, 2005.

LONDE, R. P.; MENDES, P. C. A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana. **Hygeia**, Uberlândia, MG, v. 10, n. 18, p. 264-272, 2014.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA Fancine Mariliz Gramacho. **Parques Urbanos no Brasil**. São Paulo. Edusp. 2003.

MARTINS, Raphael Tavares Pacheco; ARAÚJO, Ronaldo de Sousa. Benefícios dos parques urbanos. **Perspectivas online: humanas & sociais aplicadas**, Campos dos Goytacazes, v. 10, n. 4, p. 38-44, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2mWRS8K>. Acesso em: 18 Abr. 2021.

MASCARÓ, L.; MASCARÓ, J. L. **Vegetação Urbana**. Porto Alegre: Masquatro, 2010.

MILANO, M.S. **Avaliação e análise da arborização de ruas de Curitiba-PR**, 1984. Dissertação Mestrado-Universidade Federal do Paraná, Curitiba - Paraná.

OLIVEIRA FILHO, P. C. de; ANDRADE, A. R. de; HABERLAND, N. D.; POTIKER, G. S.; SILVA, F. C. B. A. Importância das áreas verdes em uma cidade de pequeno porte: estudo de caso na cidade de Irati-PR. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Piracicaba –SP, v.8, n.1, p.89-99, 2013.

ROSSATTO, D. R.; TSUBOY, M. S. F.; FREI, F. Arborização urbana na cidade de Assis-SP: uma abordagem quantitativa. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Piracicaba, v.3, n.3, p. 1-16, 2008.

SAKATA, F. G. O parque urbano brasileiro do século XXI. **Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes**, 03, 2015. 17-27. Disponível em: <https://amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/cidades_verdes/article/view/973/996>. Acesso em: 18 Abr. 2021.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCALISE, Walnyce. Parques urbanos: Evolução, projeto, funções e uso. **Revista Assentamentos Humanos**, Marília, v. 4, n. 1, p. 17-24, out. 2002.

SILVA, Janaína Barbosa; PASQUALETTO, Antônio. **O Caminho dos Parques Urbanos Brasileiros: da origem ao século XXI**. Estudos, v. 40, n. 3, p. 287-298, 2013.

SILVA, Jonatas Sathler Sigismundo. **Parque Urbano como elemento de integração cultural e de entretenimento**. FACULDADES INTEGRADAS DE ARACRUZ, 2017. Disponível em: <http://www.faacz.com.br/repositorio_de_tccs/2017/2017-CAUJonatas%20Sathler%20Sigismundo%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 18 Abr. 2021.

SILVA, Luciene de J. M. da. **Parques Urbanos: A Natureza na Cidade -uma análise da percepção dos atores urbanos**. UnB-CDS, Mestre, Gestão e Política Ambiental, 2003. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

SZEREMETA, B.; ZANNIN, P.H.T. A importância dos parques urbanos e áreas verdes na promoção da qualidade de vida em cidades. **RA'E GA: o Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 29, p. 177-193, 2013.

VIEIRA, P.B.H. Uma visão geográfica das áreas verdes de Florianópolis, SC: estudo de caso do Parque Ecológico do Córrego Grande (PECG). Universidade Federal de Santa Catarina. Trabalho de Conclusão de Curso, Florianópolis, SC, 2004.

XAVIER, F. B., FELIPE, J. e ARANA, A. R. A. O parque verde urbano: características do uso através de observação sistemática. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v.10, Supl. 1, 82-95, 2018.